

Associações
atuam por
PEC da
Permuta

PÁGINA 3

Amagis requer
informações
do benefício
de migração

PÁGINA 5

Recuperação
fiscal é pauta
de reunião com
deputados

PÁGINA 7



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
[31] 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Luiz Carlos é eleito presidente sob signo da união da Classe

AMAGIS



Chapa 2 foi eleita pela Magistratura mineira com 864 votos

“Conclamo todos a uma Magistratura única e unida”. Esse foi o chamado do juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ao ser proclamado presidente eleito da Amagis ao triênio 2022/2024, após votação realizada no dia 3 de dezembro. A chapa 2, da “Magistratura Unida, Forte e Independente”, recebeu 864 votos dos 1.293 válidos. A posse da nova Diretoria será no dia 3 de janeiro.

PÁGINAS 14 E 15

Amagis conquistou avanços e impediu perdas em 2019/2021

PÁGINAS 8 A 12

ELEIÇÃO CONFIRMA APROVAÇÃO DA ATUAL GESTÃO DA AMAGIS

POR ALBERTO DINIZ*

“Na gestão, fizemos todos os esforços possíveis, apesar da pandemia e dos desafios intensos, para buscar a melhoria do subsídio e o fortalecimento da carreira”

Nesta reta final de gestão, iremos nos dedicar às mesmas e intransferíveis prioridades que marcaram os últimos três anos de atuação dedicada à defesa e valorização da Magistratura. As vitórias que alcançamos, e outras que virão, são fruto de união da Classe, nossa conquista maior. Ao mesmo tempo, por meio dessa força, impedimos retrocessos e perdas.

Durante o período, fizemos todos os esforços possíveis, apesar da pandemia e dos desafios intensos, para buscar a melhoria do subsídio dos magistrados e o fortalecimento da carreira. Em Brasília, monitoramos cada passo do que acontece no Congresso Nacional, onde tivemos importantes vitórias, como a retirada da Magistratura da reforma administrativa (PEC 32) e a criação da Comissão para analisar a PEC da Permuta, após atuação da Amagis, das demais Associações estaduais e a AMB.

Em Minas, podemos destacar e reafirmar a redução de

perdas na reforma da Previdência e criação de benefício para incentivar a migração de regime.

Sempre nos pautamos pela transparência e responsabilidade na representação de uma Classe honrada e ativa. Tanto é que nossas contas (da Amagis e da Amagis Saúde) foram aprovadas pela unanimidade do Conselho Deliberativo, confirmando, mais uma vez, a lisura e a integridade, além da positiva situação das finanças e do patrimônio de todos os magistrados. Nosso plano de saúde é robusto e aprovado anualmente com a nota máxima pela ANS como modelo de autogestão por mais de 10 anos consecutivos.

Reconhecemos e agradecemos a participação e parceria de todos os associados para o êxito de nossa gestão, sem as quais não seria possível alcançar esses resultados. A eleição de nosso vice-presidente Administrativo, o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, para presidir a Associação ao próximo triênio, representa a continuidade e confirma a aprovação de nossa gestão.

Desejo à futura Diretoria muito sucesso e avanços. Com Luiz Carlos e sua Diretoria, a Amagis permanecerá em sua trajetória vitoriosa a exemplo dos últimos 66 anos. A todos, desejamos um feliz Natal junto aos familiares e um 2022 com novas conquistas. ●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE

➡ Clique na notícia para abrir a página desejada



- Comissão analisará PEC da Permuta **PÁG 03**
- Consultoria esclarece sobre migração na previdência **PÁG 04**
- Amagis requer ao TJ dados sobre benefício de migração **PÁG 05**
- Amagis repudia tentativa de intimidação a magistrado **PÁG 06**
- Amagis debate PL da Recuperação Fiscal com deputados mineiros **PÁG 07**
- Gestão impediu retrocessos e garantiu avanços para Classe **PÁG 08**
- Presidente eleito visa Magistratura unida e integrada **PÁG 14**
- Entrevista: desembargador Moacyr Lobato **PÁG 16**
- Pós da Ejef terá início em 2022 **PÁG 17**
- Justiça Militar homenageia presidentes da Amagis e do TJ **PÁG 18**

- Pedro Leopoldo recebe 268º Cejusc **PÁG 19**
- Ejef retoma encontros presenciais de formação continuada **PÁG 20**
- Cidadania e acesso à Justiça **PÁG 21**
- Coral da Amagis se reinventa na pandemia **PÁG 22**



- Hidroginástica é opção de atividade física no calor **PÁG 25**
- Médico critica preconceito com exame de próstata **PÁG 27**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci
Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto
Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo -
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela - Mtb - MG: 14634
Izabela Machado - Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Comissão analisará PEC da Permuta

Alberto Diniz debateu projetos da Classe em reuniões da AMB

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, respectivamente, das reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual e do Conselho de Representantes da AMB, realizadas em Brasília.

Durante os encontros, os representantes de Associações estaduais de magistrados definiram as linhas de atuação junto aos parlamentares com relação a matérias como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 162/2019, da Permuta, PEC 32/20, da Reforma Administrativa, e o Projeto de Lei 6726/2016, conhecido como PL do Extrateto.

Em 1º de dezembro, dia seguinte à reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, a Câmara dos Deputados instalou a Comissão Especial para analisar a PEC da Permuta. A medida foi considerada importante para o avanço dessa proposta no Legislativo.

Na avaliação do presidente Alberto Diniz, as reuniões com os representantes da classe foram muito importantes para a troca de experiências e o fortalecimento do associativismo como um todo. “Apresentamos o trabalho desenvolvido em Minas Gerais e alinhamos a atuação em defesa da Magistratura em âmbito nacional”, afirmou.

As audiências de custódia por videoconferência, teletrabalho e eleições diretas nos Tribunais de Justiça também foram debatidas. Em Minas, como



Alberto Diniz reforça a importância da atuação permanente das Associações

resultado do diálogo institucional entre a Amagis e o TJMG, o teletrabalho foi aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal e regulamentado.

Alberto Diniz também comentou a importância de as Associações se manterem vigilantes, até o recesso parlamentar [23 de dezembro a 1º de janeiro], para evitar retrocessos em conquistas importantes como a exclusão da Magistratura da PEC da Reforma Administrativa e do PL do Extrateto. “O trabalho associativo é diário, precisamos estar alertas para não haver retrocessos e conquistarmos avanços”, disse o presidente da Amagis ao saudar a instalação da comissão que irá analisar a PEC da Permuta.

De acordo com a presidente da AMB, juíza Renata Gil, a expectativa é que o trabalho da comissão seja concluído o mais breve possível, pois o grupo tem dez sessões para concluir os trabalhos e, caso aprovado, o relatório deve ser encaminhado para votação em Plenário.

“A PEC volta a tramitar após o movimento forte e firme dos deputados apoiadores. A deputada Margarete [Coelho] abraçou essa luta da magistratura de corpo e alma. Agora, a nossa expectativa é de que o trabalho da comissão encerre ainda este ano. Só temos a agradecer aos parlamentares que estiveram ao nosso lado esse tempo todo”, afirmou Renata Gil. ●

Congresso da AMB será em maio

Evento contará com presidentes das cortes superiores

As inscrições para o XXIV Congresso Brasileiro de Magistrados, que será realizado em Salvador (BA), entre os dias 12 e 14 de maio de 2022, já estão abertas. A edição do próximo ano terá como tema a Justiça Digital.

O lançamento do congresso da AMB, que ocorre a cada três anos, foi realizado no dia 30 de novem-

bro, durante a reunião a Reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da Associação nacional.

A presidente da AMB, juíza Renata Gil, destacou a importância do congresso pela ampla participação da classe, a qualidade das discussões e decisões tomadas. “Nesta próxima edição, trataremos de temas laten-

tes da magistratura, com a participação de presidentes das nossas cortes superiores e de palestrantes internacionais”, disse.

Durante o congresso serão realizados conferências, debates técnicos e a assembleia geral da AMB. A parte científica do evento será coordenada pelo ministro Luis Felipe Salomão,

do STJ, que é diretor do Centro de Pesquisas Judiciais da AMB.

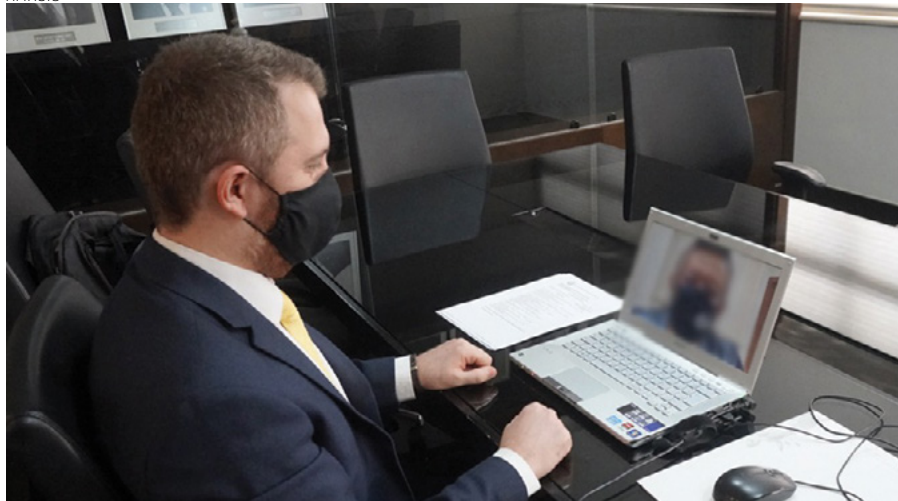
O congresso será realizado com o apoio da Associação dos Magistrados da Bahia. *Clique no botão ao lado e acesse o site do evento.* ●



Consultoria esclarece sobre migração na previdência

Opção pelo benefício especial pode ser feita até o dia 31 deste mês

AMAGIS



Consultorias remotas facilitaram o acesso de juízes do interior ao serviço

No dia 31 deste mês, acaba o prazo para os magistrados decidirem se irão optar pela mudança de regime previdenciário com direito ao benefício especial de migração. Para orientar os associados sobre sua escolha, a Amagis tem oferecido consultorias gratuitas com advogados especializados em Direito Previdenciário.

Durante o atendimento, agendados pela Associação e realizados remotamente, os advogados apresentam uma análise da documentação enviada previamente e esclarecem individualmente as dúvidas de cada magistrado sobre a migração.

De acordo com o advogado Nazário Nicolau, do escritório Brito Campos, é importante que os magistrados avaliem a possibilidade da migração antes do prazo final, para exercerem o direito ao benefício especial de migração, pois após o dia 31 de dezembro a mudança de regime previdenciário pode não ser vantajosa.

A consultoria está sendo realizada desde 2019, inicialmente para esclarecer dúvidas relacionadas à contagem de tempo. Inaugurada uma nova etapa com o benefício especial de migração, o serviço já atendeu mais de 400 magistrados.

Entre os associados que esclareceram suas dúvidas com os advogados contratados pela Amagis está a juíza Juliana Mendes Pedrosa, da Comarca de Pouso Alegre [Sul de Minas], para quem o atendimento foi excelente. “O

advogado me deu todos os esclarecimentos necessários, tirando minhas dúvidas e dando segurança por optar ou não pela migração. Inclusive, recomendei a todos os colegas a fazerem essa consulta”, concluiu.

A juíza Juliana Faleiro de Lacerda Ventura, da Comarca de Uberlândia [Triângulo Mineiro], também avaliou o atendimento positivamente e ressaltou o fato de se tratar de uma matéria nova, o que, para ela, reforça a importância da consultoria. “O advogado fez várias simulações de migrar ou não, caso a caso, com um atendimento, que ajudou muito para auxiliar neste momento. Agradeço a Amagis pelo atendimento”, afirmou.

Na avaliação da juíza Kellen Cristini de Sales e Souza, da Comarca de Ouro Preto [Região Central], a consultoria possibilita aos magistrados definir sua escolha quanto a migração ou não de forma consciente. “Me sinto mais segura e tranquila quanto à opção que farei. Avalio como importantíssima essa iniciativa e registro meu agradecimento à Amagis”, comentou.

A juíza Roberta de Sousa Alcântara Dayrell, da Comarca de Janaúba [Norte de Minas], também elogiou a qualidade do atendimento oferecido pela Associação. “Achei excelente a iniciativa da Amagis. Fui muito bem atendida pelo advogado, que esclareceu todas as minhas dúvidas entre optar ou não pela migração”, disse. ●

“O advogado me deu todos os esclarecimentos necessários, tirando minhas dúvidas e dando segurança por optar ou não pela migração. Inclusive, recomendei a todos os colegas a fazerem essa consulta”
Juíza Juliana Mendes Pedrosa – Comarca de Pouso Alegre

“O advogado fez várias simulações de migrar ou não, caso a caso, com um atendimento, que ajudou muito para auxiliar neste momento. Agradeço a Amagis pelo atendimento”
Juíza Juliana Faleiro de Lacerda Ventura – Comarca de Uberlândia

“Achei excelente a iniciativa da Amagis. Fui muito bem atendida pelo advogado, que esclareceu todas as minhas dúvidas entre optar ou não pela migração”
Juíza Roberta de Sousa Alcântara Dayrell – Comarca de Janaúba

Amagis requer ao TJ dados sobre benefício de migração

Presidente pediu entrega da projeção dos valores aos juízes

REPRODUÇÃO

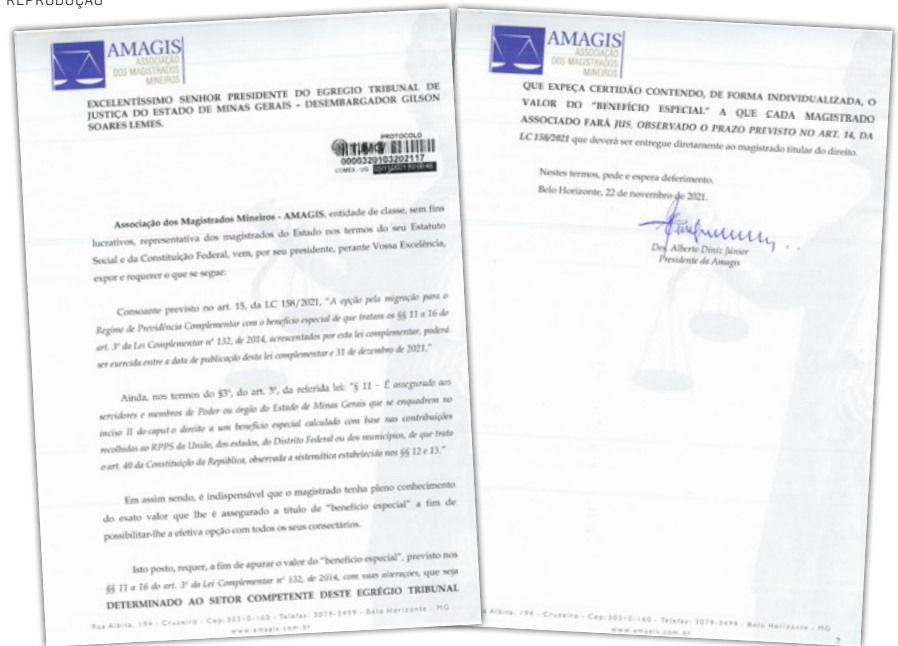
O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, encaminhou, no dia 25 de novembro, ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, requerimento para que o Tribunal expeça certidão individualizada com o valor do benefício especial ao qual cada magistrado terá direito caso opte por mudar de regime previdenciário.

No documento, Alberto Diniz afirma ser indispensável que os associados tenham pleno conhecimento do exato valor que lhe é assegurado a título de benefício especial, para que possam optar com toda a clareza sobre qual o regime previdenciário melhor atende ao seu perfil. Na solicitação, o presidente da Amagis registra que a certidão deve ser entregue diretamente a cada magistrado.

A criação do benefício especial de migração especial para o regime complementar de Previdência foi uma conquista da Amagis, aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e sancionado pelo governador do Estado, Romeu Zema, no dia 23 de julho deste ano.

Desde então, a Amagis tem promovido ações como lives para esclarecer os magistrados sobre seus direitos e promoveu uma nova etapa da consultoria jurídica sobre a Reforma da Previdência, que já atendeu gratuitamente mais de 400 magistrados, a fim de que possam avaliar qual a melhor opção para sua aposentadoria. *Saiba mais na página ao lado.*

O prazo para optar pela mudança



Ofício do presidente da Amagis ao TJMG

ou não de regime previdenciário se encerra no dia 31 de dezembro de 2021.

DESCONTOS INDEVIDOS

Em outra frente de trabalho, a Amagis irá encaminhar ao 1º vice-presidente do TJMG, desembargador José Flávio de Almeida, requerimento para que o processo relativo à cobrança indevida de imposto de renda nos juros de mora incidentes nos valores devidos de "Equivalência Salarial" e "URV", seja devolvido à 5ª Câmara Cível do TJMG de modo que a decisão possa ser adequada ao julgado do STF.

Em 2013, a Amagis ingressou com ação questionando a cobrança de imposto sobre juros de mora, recorreu a todas as instâncias e apelou ao STF, que fixou tese para repercussão geral, corroborando o entendimento da Amagis de que a cobrança de IR é indevida nesses casos.

No julgamento, o STF reconheceu "não ser recepcionada pela Constituição de 1988 a incidência de Imposto de Renda sobre juros de mora devidos pelo atraso no pagamento das remunerações por exercício de emprego, cargo ou função".●



O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Arianne)



Amagis repudia tentativa de intimidação a magistrado

Alberto Diniz criticou atitude antiética de advogado

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 11 de novembro, nota de repúdio à tentativa de intimidação feita por um advogado ao trabalho do juiz Jefferson Val Iwassaki, da Comarca de Prata (Triângulo Mineiro).

O advogado ligou para o ramal do gabinete do magistrado e fez uma gravação telefônica sem o conhecimento da interlocutora, no caso uma estagiária do gabinete do magistrado. Além de realizar gravação clandestina, o advogado citou a busca à Corregedoria de Justiça em contexto de intimidação.

"Gravação clandestina

em gabinete de magistrado é ato inadmissível, pois afronta a independência funcional da Magistratura, base do Estado de Direito", afirmou Alberto Diniz. Para o presidente da Amagis, essa atitude fere as importantes condutas éticas estabelecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil.

"A Amagis está atenta e pronta para defender e garantir as prerrogativas do juiz e de todos os magistrados de Minas Gerais, que, perante o mesmo Estado de Direito invocado, continuarão atuando com independência e sem pressões externas", reafirmou o presidente da Associação. ●

"Gravação clandestina em gabinete de magistrado é ato inadmissível, pois afronta a independência funcional da Magistratura, base do Estado de Direito"

Alberto Diniz, presidente da Amagis



Amagis repudia tentativa de intimidação a juiz da Comarca de Prata

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) torna público seu repúdio à tentativa de intimidação feita por um advogado ao competente trabalho do honrado juiz Jefferson Val Iwassaki, da Comarca de Prata. O advogado em questão entrou em contato pelo ramal do gabinete do referido juiz e procedeu gravação telefônica sem o conhecimento da interlocutora, no caso uma estagiária do gabinete do magistrado. Além de realizar gravação clandestina, o advogado citou a busca à Corregedoria de Justiça em contexto de intimidação.

Gravação clandestina em gabinete de magistrado é ato inadmissível, pois afronta a independência funcional da Magistratura, base do Estado de Direito. Além disso, fere as condutas éticas tão importantes estabelecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil.

A Amagis está atenta e pronta para defender e garantir as prerrogativas do juiz e de todos os magistrados de Minas Gerais, que, perante o mesmo Estado de Direito invocado, continuarão atuando com independência e sem pressões externas.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2021

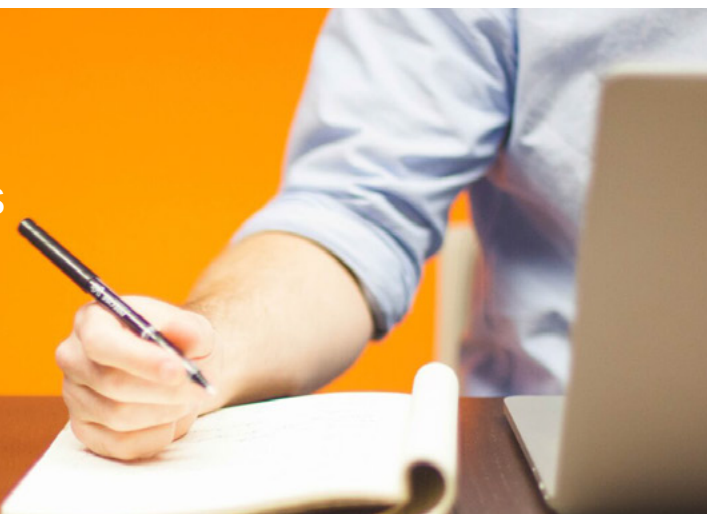
Desembargador Alberto Diniz Junior
Presidente da Amagis

Nota de repúdio divulgada pelo presidente da Amagis

Convênios

Acesse a área de convênios
no site da Amagis e
economize tempo e dinheiro

Em www.amagis.com.br, vá até a seção
"Institucional" e clique em "Convênios"



Amagis debate PL da Recuperação Fiscal com deputados mineiros

Presidente defendeu as garantias das carreiras típicas de Estado

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, reuniu-se, no dia 9 de novembro, com o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Agostinho Patrus, e o deputado estadual Cássio Soares para discutir o Projeto de Lei 1.202/19, referente ao Regime de Recuperação Fiscal de Minas Gerais.

A pedido do governador do Estado, Romeu Zema, o projeto tramita em regime de urgência na ALMG. O PL foi distribuído para as comissões de Constituição e Justiça, Administração Públicas e Fiscalização Financeira e Orçamentária do Legislativo.

O presidente Alberto Diniz disse que o objetivo do encontro foi expor aos parlamentares a visão da Associação sobre Regime de Recuperação Fiscal, especialmente no que diz respeito às carreiras públicas do Estado. "Estamos conversando com os deputados para demonstrar a importância de as garantias das carreiras públicas típicas de Estado serem preservadas", afirmou.

A interlocução promovida pela Diretoria da Amagis, tanto no plano fe-



Enéias Xavier, Alberto Diniz, Agostinho Patrus, Marco Couto e Cássio Soares

deral, quanto no estadual tem resultado em importantes conquistas para a Magistratura mineira. Entre elas, estão a retirada da classe no PL da Reforma Administrativa, em tramitação no Congresso Nacional, e a criação do benefício especial de migração de regime previdenciário, incluída na Reforma da

Previdência aprovada pela ALMG.

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier, e o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais (Sindifisco-MG), Marco Couto, também participaram da reunião na Assembleia. ●

**Desejamos um Natal de paz e harmonia
junto aos seus familiares. Que 2022
seja um ano de novas conquistas,
alegria e bons sentimentos.**

Alberto Diniz
Presidente da Amagis

Gestão impediu retrocessos e garantiu avanços para Classe

Relatórios do triênio estão disponíveis no site da Associação

No dia 3 de janeiro, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, passará a gestão da Associação para a Diretoria eleita em 3 de dezembro. As ações desse último triênio, dedicados à defesa e valorização da Classe, e marcados pelo enfrentamento à pandemia da Covid-19, estão registradas nos relatórios de gestão anual de 2019 a 2021, disponíveis no site amagis.com.br.

Na leitura dos relatórios, pode-se perceber que, com pouco mais de um mês de gestão, os primeiros resultados começaram a aparecer. Em 23 de janeiro de 2019, o Órgão Especial do TJMG, aprovou a reclassificação da Comarca de Pará de Minas (Região Central), elevada à entrância especial.

Em fevereiro do mesmo ano, Alberto Diniz deu início ao trabalho junto à AMB e Associações estaduais de magistrados contra retrocessos na reforma da Previdência promovida pelo Governo federal. Com a retirada de servidores estaduais e municipais do texto da Previdência, no Congresso Nacional, a atuação da Associação passou a ser concentrada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Nesse mesmo período, o presidente da Amagis participou, no dia 20 de agosto de 2019, de ato em Brasília contra o Projeto de Lei Complementar [PLC] 27/2017, conhecido com projeto do abuso de autoridade.

Dois dias depois, a Associação promoveu ato público em Defesa da Independência do Judiciário e contra o projeto do abuso de autoridade, com a participação de magistrados mineiros do interior e da capital.

No plano estadual, Alberto Diniz realizou uma série de reuniões com o então presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, que resultou, em 1º junho de 2019, no reajuste do auxílio-alimentação, pagamento de férias prêmios a magistrados da ativa que tinham esse direito, e a quitação de parcela devida referente à Parcela de Equivalência (PAE), de forma isonômica a magistrados da ativa e aposentados e pensionistas com esse direito reconhecido.

Outra conquista importante foi ob-

AMAGIS



Diretoria da Amagis manteve reuniões durante a pandemia

tida em maio de 2019, quando o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) atendeu a pedido da Amagis e aplicou a reposição de 16,38% sobre os vencimentos das pensionistas que recebem pelo órgão estadual.

Nesse primeiro ano de gestão, o presidente Alberto Diniz levou a gestão itinerante a 15 comarcas mineiras: Varginha, Três Corações, Diamantina, Itaúna, Pará de Minas, Pouso Alegre, Pedro Leopoldo, Ouro Preto, São Gotardo, Montes Claros, São Romão, Araxá, Jaíba, Janaúba e Ipatinga.

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

Em 2020, com a pandemia da Covid-19, a Diretoria da Associação viu-se obrigada a redimensionar seu planejamento de gestão, concentrando importantes esforços no combate ao coronavírus e prevenção da saúde dos magistrados mineiros.

No entanto, as adversidades não impediram que a Amagis levasse adiante seu compromisso com juizes e juízas do interior e, em 2020, o presidente da Amagis realizou reuniões da gestão itinerante, por videoconferência, com magistrados de diversas comarcas que integram as 27 seccionais da Associação.

No campo legislativo, a Amagis foi uma das criadoras, em 18 de fevereiro de 2020, do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fomcate), cujo objetivo era fortalecer a defesa dos interesses da Magistratura e parceiros na refor-

ma da Previdência estadual.

Durante todo o ano, foram várias as reuniões com representantes dos três Poderes para mitigar retrocessos na reforma da Previdência estadual, aprovada em 4 de setembro, com inclusão do benefício especial para a migração de regime previdenciário.

Com essa importante conquista, o presidente Alberto Diniz deu início às tratativas com membros do Executivo, Judiciário e Legislativo para garantir a regulação do benefício, o que aconteceu em 14 de julho.

Durante todo o período relacionado às articulações em torno da reforma da Previdência, a Diretoria da Associação ofereceu consultoria jurídica gratuita sobre o tema aos associados, iniciadas em 8 de outubro de 2019, e que já atendeu a mais de 400 magistrados.

Simultaneamente ao trabalho realizado junto os deputados mineiros na reforma da Previdência, a Amagis atuava em Brasília, na AMB, pela valorização da Classe e, em 11 de novembro de 2020, foi criada a Vice-presidência de Aposentados da AMB.

VALORIZAÇÃO

O trabalho da Amagis pela valorização da Classe não se restringiu à reforma da Previdência Estadual e, em 1º de abril, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, atendeu a pleito da Magistratura, formalizada pelo presidente Alberto Diniz, e o Tribunal pagou parcela de férias-prêmio aos

magistrados que tinham esse direito.

No dia 23 de julho, o governador Romeu Zema sancionou a Lei Complementar 157/2021, autorizando a criação de 170 cargos de assessor para juiz. Em setembro, no dia 29, o Órgão Especial do Tribunal aprovou a regulação do teletrabalho, em mais uma conquista para a Classe.

No plano nacional, o trabalho da Amagis articulado com a AMB e Associações obteve dois importantes avanços. Em 1º de julho, a maioria do STF votou com a decisão do ministro Nunes Marques, autorizando, por meio de liminar, o uso das videoconferências. Já no dia 13 daquele mês, a Magistratura era excluída do PL do Extrateto, que regulamenta o limite remuneratório do funcionalismo público.

SAÚDE

No campo da Saúde, a Diretoria da Associação realizou um trabalho intenso para adequar os serviços oferecidos pela Amagis Saúde aos desafios trazidos com a pandemia da Covid-19.

Uma das iniciativas adotadas foi a

implementação das teleconsultas médicas pela internet, em junho de 2020, que os usuários do plano mantivessem o atendimento médico, preservando a necessidade de isolamento social.

Em abril daquele ano, a Associação já havia disponibilizado aos usuários do plano consultas on-line para casos suspeitos de coronavírus e, em março de 2020, celebrou uma série de convênios com laboratórios da capital e do interior para a realização de testes nos associados com sintomas da Covid-19.

As inovações não se limitaram à prevenção contra o novo coronavírus. Em fevereiro de 2020, a Diretoria lançou o aplicativo da Amagis Saúde, para celulares e tablets, que permite aos usuários terem acesso às suas informações e dos prestadores de serviço do plano com facilidade e rapidez.

Em 2021, as ações de prevenção ao coronavírus tiveram continuidade e, no dia 19 de fevereiro deste ano, a Amagis Saúde lança o Boletim Covid-19, enviado todas as sextas-feiras aos associados, com informações sobre

a pandemia como índices, vacinação, cuidados e avanços no combate à doença. O jornal DECISÃO, na editoria de Saúde, passa a publicar mensalmente uma edição especial do informativo.

As ações de prevenção da saúde não ficaram restritas à pandemia. Em fevereiro, o Conselho Gestor de Saúde decidiu flexibilizar a data de marcação dos exames do programa de Check-up, que agora pode ser feita fora do mês de aniversário, beneficiando principalmente os magistrados das comarcas do interior. A medida passou a valer no dia 1º de março de 2021.

Nesses três anos, a atuação da Diretoria da Amagis foi além da defesa da classe e da prevenção da saúde da Magistratura. O trabalho desenvolvido também abrangeu áreas como a preservação do patrimônio, ações sociais e promoção da cultura. *Veja abaixo algumas conquistas da Amagis e clique no botão ao lado para ler os relatórios de gestão de 2019 a 2021.*

AMAGIS
2019/2021



23 DE JANEIRO DE 2019

Órgão Especial do TJMG atende à solicitação da Amagis, e a Comarca de Pará de Minas [Região Central] é reclassificada e elevada à entrância especial. As obras de construção do novo fórum da comarca são lançadas no dia 25 de janeiro de 2019.

TIAGO PARRELA



1º DE JULHO DE 2019

Presidente Alberto Diniz recebe deputados federais da bancada mineira e representantes de Associações parceiras para debater pontos polêmicos da reforma da Previdência promovida pelo Governo federal.



27 DE MAIO DE 2019

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) atendeu ao pedido da Amagis e aplicou a reposição de 16,38% sobre os vencimentos das pensionistas que recebem pelo órgão.



20 DE AGOSTO DE 2019

Alberto Diniz participa de ato, em Brasília, contra o Projeto de Lei Complementar (PLC) 27/2017, conhecido como projeto do abuso de autoridade.



22 DE AGOSTO DE 2019

Amagis promove, em Belo Horizonte, Ato Público em Defesa da Independência do Judiciário e contra o projeto do abuso de autoridade (PLC 27/2017).



22 DE AGOSTO DE 2019

Magistrados das comarcas do interior, como Varginha [Sul de Minas], aderem à mobilização realizada pela Amagis.



8 DE OUTUBRO DE 2019

Amagis dá início às consultorias jurídicas aos associados sobre a aposentadoria e as mudanças no regime previdenciário.

IZABELA MACHADO



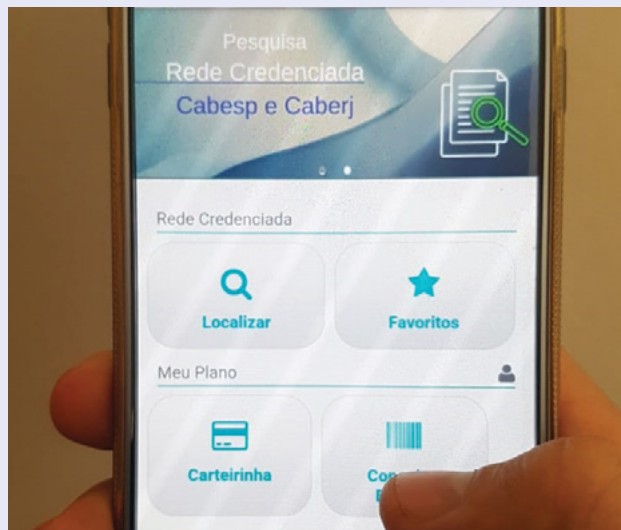
18 DE FEVEREIRO DE 2020

Criação do Fórum das Carreiras Típicas de Estado [Fomcate] para defender os interesses das carreiras na reforma da Previdência estadual.



FEVEREIRO DE 2020

Amagis Saúde lança aplicativo para celulares e tablets, que facilita o acesso dos usuários do plano a dados, serviços e notícias.



JUNHO DE 2020

Amagis Saúde disponibiliza sistema de teleconsulta médica com diversas especialidades aos usuários do plano.



15 DE JULHO DE 2020

Presidente Alberto Diniz defende valorização da classe durante Seminário Reforma da Previdência de Minas Gerais, promovido pela ALMG.



19 DE AGOSTO DE 2020

O presidente Alberto Diniz apresentou ao deputado João Magalhães emendas dos magistrados aposentados à reforma da Previdência. O pleito foi atendido e também foi mantido o pagamento de aposentados e pensionistas que recebem pelo TJMG.



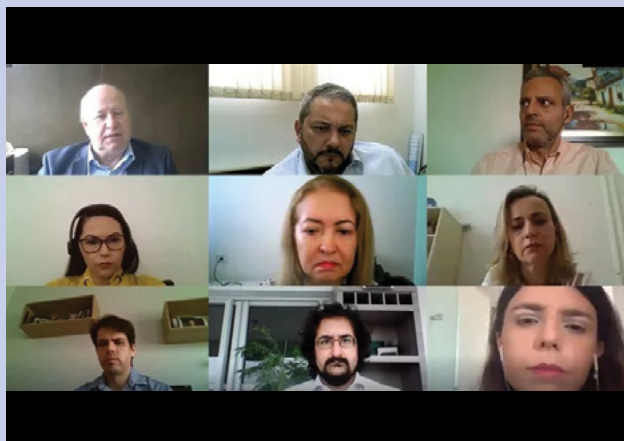
4 DE SETEMBRO DE 2020

ALMG aprovou a reforma da Previdência Estadual com emendas propostas pela Fomcate, incluindo a criação do benefício especial para a migração de regime.



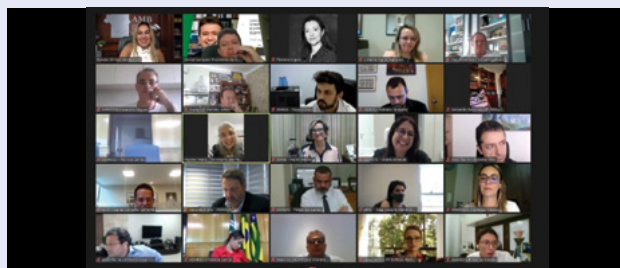
8 DE OUTUBRO DE 2020

Amagis inova e dá início à Gestão Itinerante Virtual, realizando reuniões por videoconferência com magistrados que integram as 27 seccionais da Associação.



11 DE NOVEMBRO DE 2020

Com o apoio da Amagis, é criada a Vice-presidência de Aposentados da AMB. O anúncio foi feito durante reunião da Associação Nacional.

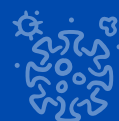


19 DE FEVEREIRO DE 2021

Amagis Saúde lança o Boletim Covid-19, enviado todas as sextas-feiras aos associados, com informações sobre a pandemia do coronavírus.

BOLETIM COVID

Amagis Saúde Semanal - nº 1
19/2/2021



Vacinação em MG

Doses aplicadas

433.553 Primeira dose

145.602 Segunda dose

Fonte: Secretaria Saúde MG - dados de 18/2/2021

Sistema de teleconsultas da Amagis Saúde

A Amagis Saúde disponibiliza o sistema de consulta médica on-line

Boletim epidemiológico de MG

822.448 Casos confirmados

53.756 Casos em acompanhamento

751.443 Casos recuperados

17.249 Óbitos confirmados

Fonte: Secretaria Saúde MG - dados de 18/2/2021

1º DE MARÇO DE 2021

Conselho Gestor de Saúde delibera em favor de que os exames do programa de Check-up da Amagis Saúde possam ser feitos fora do mês de aniversário do beneficiário do plano.

1º DE ABRIL DE 2021

TJMG atende a pleito da Amagis e paga parcela de férias-prêmio aos magistrados que faziam jus a esse direito.



16 DE MARCO DE 2021

O presidente Alberto Diniz reuniu-se com o secretário-adjunto de Governo, Gustavo Corrêa, e defendeu o envio de projeto de lei que cria o benefício especial de migração para o regime complementar de Previdência.



8 DE JUNHO DE 2021

O presidente Alberto Diniz participou da entrega do Projeto de Lei Complementar (PLC) 60/21, que instituiu a Previdência Complementar de servidores públicos e criou benefício para a migração de regime. O projeto começa a tramitar na ALMG.



13 DE JULHO DE 2021

Magistratura é excluída do PL do Extrateto, que regulamenta o limite remuneratório do funcionalismo público.



14 DE JULHO DE 2021

A Assembleia Legislativa aprovou o PLC 60/21 com ampliação no prazo para os servidores optarem pelo Regime de Previdência Complementar. A previsão inicial era de trinta dias após a sanção da lei e, com a mudança, pode ser feita até o dia 31 de dezembro deste ano.



23 DE JULHO DE 2021

Sancionada a Lei 23.828, autorizando a criação de 170 cargos de assessor para juiz.



29 DE SETEMBRO DE 2021

Órgão Especial do Tribunal aprova a regulação do teletrabalho.





2022 chegando carregado de
esperança!

Encerramos o 2021 com a **sensa-
ção de dever cumprido**, apesar
dos desafios e obstáculos...

Não desistimos, não paramos,
seguimos e frente e superamos
as
expectativas!

Que o novo ciclo que se inicia
seja repleto de **paz e sucesso!**

Que juntos possamos continuar
trabalhando em favor da justiça e
desenvolvimento do nosso país!



MGL.com.br

Boas Festas!

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br

Para começar bem um ano novo...
Sejamos gratos por chegar até aqui,
sabemos que a vida é dura e muitos
são os desafios, somos todos vence-
dores!

Tenhamos fé, que 2022 traz a oportuni-
dade de aprimorar, recomeçar e cres-
cer...

Que a perseverança nos motive cada
dia de fazer mais e melhor por nosso
país e pelo nosso futuro!

Boas Festas!



GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

Presidente eleito prioriza Magistratura unida e integrada

Luiz Carlos Rezende e Santos tomará posse em 3 de janeiro

FOTOS: AMAGIS

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos foi eleito, no dia 3 dezembro, presidente da Amagis e da Amagis Saúde para o triênio 2022-2024. A chapa “Magistratura Unida, Forte e Independente”, encabeçada pelo magistrado, recebeu 864 votos e a chapa “Oxigenamagis”, da juíza Maria Dolores Giovine Cordovil, teve 410 votos. Ao todo, 1.293 associados votaram, incluindo 11 votos brancos e 8 nulos. A posse da nova diretoria será realizada no dia 3 de janeiro de 2022.

Com a proclamação do resultado pela Junta Eleitoral, o juiz Luiz Carlos agradeceu a todos que o encorajaram a assumir o desafio de dirigir a Associação, à Magistratura mineira por ter acolhido suas propostas de gestão, e aos oponentes pelo estímulo a repensar a Classe e a própria Associação.

“No momento difícil pelo qual a Magistratura atravessa, somente a união



Presidente eleito faz discurso de agradecimento

dos aposentados para o fortalecimento dos laços de pertencimento da Classe. Leia a mensagem na página ao lado.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, cumprimentou Luz

o futuro presidente e os integrantes da futura Diretoria pela eleição, e manifestou seu reconhecimento ao, de acordo com ele, brilhante trabalho do presidente Alberto Diniz.

“Somente a união de todos será capaz de enfrentar os desafios que estão por vir. Portanto, conclamo todos a uma Magistratura única e unida”
Luiz Carlos, presidente eleito da Amagis

de todos será capaz de enfrentar os desafios que estão por vir. Portanto, conclamo todos a uma Magistratura única e unida. A eleição termina aqui. Nosso trabalho começa em seguida”, afirmou o presidente eleito.

Em mensagem à Magistratura mineira, Luiz Carlos ressaltou a importância do contato com os juízes e juízas do interior durante a campanha e com os magistra-

Carlos pela eleição e falou sobre a escolha da Magistratura. “O resultado das eleições é o reconhecimento do grande trabalho desenvolvido pelo juiz Luiz Carlos e toda a Diretoria composta por ele para ficar à frente da Associação pelos próximos três anos”, disse.

Em nota publicada no site do TJMG, o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, parabenizou

“A Amagis atua com excelência no apoio e na assistência aos magistrados mineiros, com uma postura permanente de trabalho, comprometimento e dedicação, e com uma relação harmoniosa e próxima ao TJMG”, comentou Gilson Lemes. ●

FALA DO
PRESIDENTE
ELEITO



Luiz Carlos recebe os cumprimentos do pai, Fernando Humberto, da esposa Juliana e do filho Luiz Fernando

Mensagem do presidente eleito à Magistratura

Colegas, amigos e irmãos de caminhada!

Minha primeira palavra e manifestação são de gratidão. Inicialmente, pela confiança e responsabilidade dadas pelos que votaram em nossa proposta, na Chapa da MAGISTRATURA UNIDA, FORTE E INDEPENDENTE. Quero agradecer também a todos os votantes, que participaram da eleição e reafirmaram a trajetória democrática de nossa querida AMAGIS. Cumprimento também os integrantes da outra Chapa, que, de uma forma ou de outra, colaboraram para o debate e construção do próximo triênio.

Ao fim dessa campanha vitoriosa, limpa, sem ataques e propositiva, quero reafirmar meu compromisso, os compromissos de toda a Chapa, em especial dos colegas Rosimere, Jair Francisco, Heloísa Combat, Roberta Rocha, Mauricinho, Lourenço Migliorini, Ivone Guillarducci e do Evandro Melo, na busca da incansável defesa e valorização da Magistratura mineira.

Junto dessa equipe aguerrida, teremos ao nosso lado conselheiros maduros e lideranças que possuem história no Judiciário e na Magistratura. Aqui, faço questão de homenagear o grande amigo e líder ainda maior, Nelson Missias de Moraes, o desembargador Reynaldo Ximenes, meu pai [juiz Fernando Humberto], entre outros que iluminam nossos caminhos.

Percorremos todo o Estado, revimos tantos ami-

gos e celebramos novas alianças. Ao fim de nossa campanha, onde buscamos a união da Magistratura em torno de compromissos altivos, nasceu a esperança de conseguir contribuir para elevar nossa classe ao patamar de força e independência.

Em nome de todos da Chapa 2, agradeço de coração a cada colega que nos recebeu e nos apoiou por todo o percurso. Fortalecemos os laços de pertencimento a uma Classe digna e honrada e aprendemos muito, especialmente com os colegas aposentados e aposentadas que nos inspiram e guiam no presente e para o futuro de uma Magistratura valorizada e um Judiciário autônomo.

Encerrado esse processo, encerramos também divergências comuns ao processo eleitoral, no qual apresentamos nossas posições com altivez, equilíbrio e respeito, e incorporamos diversas propostas dos colegas. Queremos todos juntos. Somos magistrados.

A maior vitória foi o fortalecimento da união e integração da Magistratura mineira, do interior com a capital, do 1º com o 2º grau, dos ativos com os aposentados e pensionistas.

Continuemos juntos. Unidos. Que Deus continue nos abençoando. Gratidão!

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente eleito da Amagis

MAGISTRATURA UNIDA, FORTE E INDEPENDENTE

Presidente: Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Administrativo: Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente financeiro: Roberta Rocha Fonseca

Vice-presidente de Saúde: Jair Francisco dos Santos

Vice-presidente do interior: Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro

Vice-presidente Sociocultural Esportivo: Maurício Pinto Ferreira

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Heloísa Helena de Ruiz Combat

Diretora-secretária: Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Subdiretor-secretário: Evandro Cangussu Melo

CONSELHO DELIBERATIVO

Antônio Armando dos Anjos

José Geraldo Saldanha da Fonseca

Carlos Alberto Pereira da Silva

Aloysio Libano de Paula Júnior

Ana Régia Santos Chagas

Consuelo Silveira Neto

Fábio Gabriel Magrini Alves

Genole Santos de Moura

Richardson Xavier Brant

Evaldo Elias Penna Gavazza

José Aluísio Neves da Silva

Marcos Alberto Ferreira

Raquel Agreli Melo

Morvan Rabelo de Rezende

Aline Arquette Leite Novais

Alessandro de Abreu Borges

Túlio Márcio Lemos Mota Naves

Emerson Chaves Mota

Vinicius Dias Paes Ristori

Marcos Alves de Andrade

Denes Ferreira Mendes

CONSELHO GESTOR DE SAÚDE

Segunda instância

Édson Feital Leite [titular]

Marco Aurélio Ferenzini [titular]

Valéria Rodrigues Queiroz [suplente]

Guilherme Azeredo Passos [suplente]

Capital

Flávia Birchall de Moura [titular]

Renato Luiz Faraco [titular]

Clayton Rosa de Resende [suplente]

Cláudia Aparecida Coimbra Alves [suplente]

Interior

Elexander Camargos Diniz [titular]

Josselma Lopes da Silva Lages [titular]

Fabiano Garcia Veronez [suplente]

Marcelo Carlos Cândido [suplente]

Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes [titular]

José Nicolau Masselli [titular]

Maura Angélica Ferreira [suplente]

José Maria dos Reis [suplente]

Moacyr Lobato

Desembargador



TJMG

Tribunal com maior índice de conciliação no País, segundo o Conselho Nacional de Justiça [CNJ], o TJMG mais uma vez inovou e, em abril, criou os Centros de Mediação Empresarial. À frente desse projeto-piloto, o desembargador Moacyr Lobato analisou a importância da mediação e destacou a iniciativa do TJ.

Como o senhor avalia a evolução da mediação no Judiciário?

Esse tema tem sido objeto de muitos estudos, reflexões e ações assertivas há alguns anos, recebendo importante estímulo em 2010, quando o CNJ editou a resolução 125, de 29 de novembro, que prevê, entre outras medidas, a criação dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Essa prática ganhou ainda mais força com entrada em vigor da Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, que regula a mediação entre particulares. Em outubro de 2019, o CNJ publicou a recomendação 58 sugerindo aos magistrados promoverem a mediação em processos de recuperação empresarial e falências. No ano seguinte, a mediação foi incluída na atualização da legislação referente à recuperação judicial, extrajudicial e falência.

Qual a importância dessas mudanças na legislação?

Passamos a ter um arcabouço normativo sequenciado aliado a uma política institucional do Poder Judiciário, que deixa claro o fato de os magistrados não estarem renunciando a suas atribuições. Hoje, todos reconhecemos a necessidade da criação de outras possibilidades para a solução de conflitos. É nesse contexto que a mediação, com um traço vigoroso de modernidade, está inserida.

Como os Centros de Mediação Empresarial podem atuar na solução dos conflitos?

Em primeiro lugar, é preciso que haja interesse das partes envolvidas no conflito, pois o Poder Judiciário, como sabemos, não tem a possibilidade de uma iniciativa própria. A mediação pode ser feita em várias situações como nos conflitos entre devedores e seus credores, em disputas entre sócios, nas relações contratuais entre empresários e seus parceiros, na disputa entre titulares de bens. Em Minas

Gerais, cerca de 90% das atividades empresariais são exercidas por microempresas ou empresas de pequeno porte e, no limite, aquelas de porte médio. Portanto, há um conjunto enorme de exercentes de atividade econômica, considerados legalmente como empresários.

Como as instituições de representação empresarial receberam a iniciativa?

Tão bem que foram assinados convênios entre o TJMG, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil [CACB] e a Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais [Federaminas] para a instalação de Postos de Atendimento Pré-Processual físicos nessas instituições. A advocacia, a OAB-MG, também acolheu a iniciativa e tem tido uma participação crescente, preocupada com o que podemos chamar de cultura adversarial no Direito.

Quais os pilares dessa iniciativa do TJMG?

No Brasil inteiro, falta estrutura e capacitação. No âmbito do Poder Judiciário mineiro, nessa fase do projeto-piloto, o TJMG tem atuado para resolver a questão estrutural realizando parcerias como as celebradas com instituições empresariais. Pode-se também avaliar cooperação com os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, em especial o virtual. No que se refere à capacitação, contamos com a atuação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, que recentemente formou uma turma de mediadores empresariais. Outro aspecto é cultural, pois os advogados são formados para litigar e os magistrados para decidir mediante sentença. Temos que ter a consciência de que os tempos são outros. Quando um magistrado incentiva a adoção de métodos auto-compositivos, ele está exercendo à plenitude suas próprias responsabilidades. ●

Pós da Ejef terá início em 2022

Instituição foi credenciada com pontuação máxima

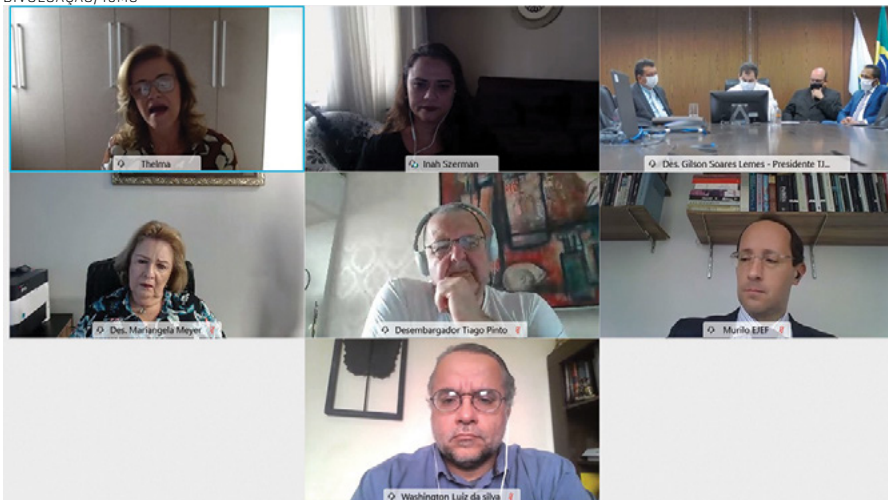
No primeiro semestre de 2022, provavelmente em março, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do TJMG deverá ofertar seu primeiro curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Empresarial, com ênfase em Falência e Recuperação de Empresas.

A Ejef foi credenciada como escola de governo pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) no dia 25 de novembro, obtendo pontuação máxima na avaliação do órgão. Os critérios observados pela comissão de avaliadores do CEE foram avaliação e planejamento institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão institucional e infraestrutura. Os pareceristas também realizaram uma visita às dependências da Ejef.

Na avaliação do presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, a pontuação obtida pela Ejef é resultado do ensino de excelência oferecido pela Escola, e atesta a qualificação do corpo docente, infraestrutura, organização didático pedagógica e a atuação dos dirigentes e do corpo técnico-administrativo da instituição. "Agora, como Escola de Governo, vamos ampliar o leque de opções de cursos ofertados", disse.

De acordo com o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Tiago Pinto, a Escola se renova ao estar preparada para exercer uma função delegada pelo Estado, promovendo os valores constitucionais de cidadania e igualdade social. "Nossas ações serão certificadas e

DIVULGAÇÃO/TJMG



Transformação da Ejef em escola de governo tem sido debatida desde o início do ano

reconhecidas externamente, inclusive no exterior", afirmou.

A superintendente adjunta da escola, desembargadora Mariângela Meyer, destacou que o credenciamento confirma a vocação acadêmica da Ejef, expandindo a capacidade de atendimento de seu público-alvo. "Dá maior visibilidade e abrangência ao saber produzido pelo Judiciário estadual mineiro", comentou a magistrada sobre o novo status institucional da Ejef.

O juiz auxiliar da 2ª vice-presidência do TJMG, Murilo Silvio Abreu, esclareceu que a pós-graduação em Direito Empresarial oferecida pela Ejef terá 360 horas/aula, dois anos, dos quais seis meses serão dedicados ao TCC ou produção de um artigo.

"Esse é o primeiro de uma série de cursos autorizados pela Secretaria

Estadual de Educação. Nossa expectativa é montar outras especializações e, em médio prazo, um mestrado. Em longo prazo, neste ritmo dinâmico imposto pelo desembargador Tiago Pinto, teremos até mesmo um doutorado", disse Abreu.

Com a transformação da Ejef em escola de governo, as certificações da instituição passam a ser reconhecidas nacionalmente, a instituição fica autorizada a organizar programas de mestrado e doutorado, estruturar grupos de pesquisa, ofertar pós-graduações a distância, ofertar serviços educacionais a terceiros e celebrar acordos com outros centros de ensino para dupla certificação de profissionais. A Ejef também será integrada à rede de escolas de governo.●

Com informações do TJMG

Sinal vermelho contra a violência doméstica



Justiça Militar homenageia presidentes da Amagis e do TJ

Evento fez parte da celebração dos 84 anos do TJMMG

Durante a celebração dos seus 84 anos, no dia 5 de novembro, o TJMMG homenageou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, com a medalha do Mérito Judiciário Militar, e o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, com o Colar do Mérito Militar.

De acordo com o presidente Alberto Diniz, a homenagem a representantes do Judiciário, Executivo e do Legislativo expressa a importância da integração entre os Três Poderes. “É gratificante receber o reconhecimento do TJMMG, cuja atuação garante celeridade e rigor no julgamento de ações tipicamente militares”, comentou.

Ao falar em nome dos

agraciados, o presidente Gilson Lemes ressaltou que a integração entre os diversos órgãos da Justiça é fundamental para a pacificação social. “Ainda atravessamos tempos extremamente desafiadores. Mas não podemos esmorecer, mas, sim encorajar e nos munir de esperança em dias melhores”, afirmou.

O presidente do TJMMG, desembargador Fernando Armando Ribeiro, observou que a homenagem simboliza a compressão e reconhecimento do passado, que pavimentou o presente e torna o amanhã possível. “O fortalecimento das instituições é caminho indispensável à mediação necessária do consenso na sociedade democrática”, disse.

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Solenidade foi realizada no salão do Órgão Especial

Os desembargadores José Flávio de Almeida, 1º vice-presidente do TJMG, Newton Teixeira Carvalho, 3º vice-presidente do TJMG, Agostinho Gomes de Azevedo, corregedor-geral de

Justiça, Rogério Medeiros, ex-presidente do TRE-MG, Caetano Levi Lopes, José Marcos Rodrigues Vieira e Marcos Henrique Caldeira Brant também foram homenageados. ●

TJ tem dois novos desembargadores

Magistrados assumiram a 13ª e 16ª Câmara Cível do Tribunal

Os juízes Marco Aurélio Ferrara Marcolino e Rinaldo Kennedy Silva tomaram posse, no dia 11 de novembro, no cargo de desembargador do TJMG e passaram a atuar, respectivamente, na 13ª e 16ª Câmaras Cíveis do Tribunal.

Na cerimônia de posse, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, disse que os dois novos desembargadores contribuirão para a entrega de uma Justiça mais célere. “São magistrados experientes e competentes que chegam ao TJMG para somar e agregar valor”, afirmou.

Com 25 anos de carreira, o desembargador Rinaldo Silva falou sobre sua expectativa ao assumir o cargo. “É um grande prazer trabalhar no TJMG e servir à sociedade mineira. Há muito trabalho a ser feito e estou animado”, comentou.

O desembargador Marco Marcolino ressaltou a expectativa de entregar uma boa prestação jurisdicional à sociedade, e comentou sobre sua satisfação com a nova função. “É um privilégio ascender à casa maior da Justiça mineira, que é o TJMG. Estou muito feliz”, disse. ●

MIRNA MOURA/TJMG



Rinaldo Kennedy, Gilson Lemes e Marco Marcolino

Com informações do TJMG

Pedro Leopoldo recebe 268º Cejusc

TJMG irá contemplar todas as comarcas até junho de 2022

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 4 de novembro, com o 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Newton Teixeira Carvalho, da inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Comarca de Pedro Leopoldo, na região metropolitana de Belo Horizonte.

O presidente da Amagis saudou a inauguração do Cejusc na comarca e ressaltou a importância da atuação do TJMG para expandir a mediação. "O Tribunal tem investido na instalação dos Cejusc, inovado com a criação dos Centros de Mediação Empresarial, e dado o exemplo com mediações históricas, de grande repercussão social", afirmou Alberto Diniz.

De acordo com o 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Newton Teixeira Carvalho, os Cejusc cumprem o importante papel de levar o Poder Judiciário aos cidadãos mais necessitados. "Nosso foco é a etapa pré-processual, que acelera a solução dos conflitos, além de evitar que novos processos se

DIVULGAÇÃO/TJMG



Cejusc promovem a cidadania por meio da mediação e conciliação

acumulem nos tribunais", comentou.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, o coordenador do Cejusc de 2º Grau, desembargador Ronaldo Claret, e o coordenador do Cejusc em Belo Horizonte, juiz

Clayton Rosa, a diretora do foro de Pedro Leopoldo, juíza Maria Jacira Ramos e Silva, e o coordenador do Cejusc de Pedro Leopoldo, juiz Leonardo Guimarães Moreira, participaram da solenidade.●

Com informações do TJMG

Magistradas participam de caminhada da consciência negra

Atividade foi realizada na cidade histórica de Ouro Preto

Magistradas mineiras participaram, no dia 20 de novembro, da caminhada do Dia da Consciência Negra promovida pela AMB, simultaneamente em Curitiba [PR], Campo Grande [MS], Olinda [PE], Porto Alegre [RS], Rio de Janeiro [RJ], Salvador [BA] e São Luís [MA].

Em Minas Gerais, a caminhada foi realizada na cidade histórica de Ouro Preto, com a participação das juízas Cláudia Helena Batista, diretora de Esportes Especializados da Amagis, Livia Borba, da Comarca de Belo Horizonte,

e Rafaella Amaral de Oliveira, da Comarca de Manhumirim [Zona da Mata].

Para a juíza Cláudia Helena, a iniciativa é muito importante, pois traz à luz o debate sobre uma sociedade justa, fraterna e igualitária. "Avalio que o propósito da caminhada foi levar os juízes a lugares históricos, onde a população negra e escravizada fosse rememorada pelos visitantes", afirmou.

A presidente da AMB, juíza Renata Gil, participou da caminhada em pontos históricos de São Paulo e disse

DIVULGAÇÃO



Juízas mineiras participam do evento em Ouro Preto

que a campanha é importante para o resgate de personagens que não estão nos livros. "Espero que, a partir

de agora, nós façamos outros movimentos desse resgate, dessa dívida que a gente tem com o povo negro", disse.●

Ejef retoma encontros presenciais de formação continuada

Alberto Diniz participou de atividade com mais de 40 juízes

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 18 de novembro, do Encontro de Magistrados dos Núcleos Regionais da Ejef – Edição Sul de Minas, do qual participaram mais de 40 juízes de 16 comarcas da região.

De acordo com o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Tiago Pinto, a retomada dos encontros presenciais e com a convivência interpessoal é muito importante. “O momento é de distender um pouco do conhecimento acumulado durante a pandemia”, disse.

O presidente da Amagis ressaltou a importância da troca de experiências promovida pela Escola Judicial para a formação permanente dos magistrados e o aprimoramento do Judiciário. “Aos poucos, as atividades presenciais, com as devidas medidas sanitárias, voltam a ser realizadas e contribuem com a integração da clas-

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Desembargador Tiago Pinto falou sobre a importância dos encontros presenciais

se”, afirmou Alberto Diniz.

Na avaliação do 1º vice-presidente do TJMG, desembargador José Flávio de Almeida, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, o encontro contextualizou a contemporaneidade, caracterizada pelas constantes e aceleradas mudanças. “Esse cenário coloca todo gestor e todo profissional, inde-

pendentemente de sua área de atuação, diante do grande desafio da capacitação contínua”, comentou.

Ao analisar o trabalho da Magistratura no período da pandemia, a superintendente-adjunta da Ejef, desembargadora Mariangela Meyer, destacou que a produtividade média dos magistrados registrou aumento de 55% em relação aos Processos Judiciais eletrônicos (PJe) e

que, até agosto, foram feitas mais de 102 milhões de movimentações processuais e mais de 500 mil audiências realizadas, a maioria de forma virtual.

A palestra de abertura foi proferida pelo juiz Haroldo Dutra Dias, da 3ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, cujo tema foi o “Retorno ao trabalho presencial, pandemia e resiliência”.●

Durante o 120º Encontro de Presidentes dos Tribunais de Justiça do País, realizado em Recife (PE), dos dias 3 a 5 de novembro, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, recebeu a Medalha Comemorativa do Mérito Judiciário, alusiva às celebrações dos 200 anos de criação do Tribunal da Relação de Pernambuco, pelo Alvará Régio de 6 de fevereiro de 1821. A comenda foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fernando Cerqueira.

DIVULGAÇÃO/TJMG



CIDADANIA E ACESSO À JUSTIÇA

Sociedades avançadas não buscam, à toa, a intervenção estatal para resolver conflitos, e nem negam o diálogo

AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA*

A sociedade brasileira é viciada em Estado que, paternalista, diz-lhe, amiúde, o que fazer. Aqui, o Estado, tal qual um guardião de esperanças, uma espécie de “ogro filantrópico”, antepõe-se ao cidadão que, então, permanece numa eterna infância constitucional e a sociedade mostra-se consequentemente infantilizada. Evidencia-se, todavia, aí, quão pueril é, ainda, essa relação Estado-cidadão.

Muito disso se deve à atual Constituição que, tão pródiga em direitos, foi módica em deveres [basta ver que a palavra “garantia” aparece 46 vezes no Texto e “direitos” outras 16; “deveres”, porém, só 4 vezes]. Promulgada sob o clima ufanista pós-ditadura militar, a Constituição Federal pôs em voga a ânsia por um Estado assegurador de direitos negados por mais de duas décadas (aí o mérito), mas acabou dando pouco relevo aos deveres [aqui o proble-

Mas essa cidadania à brasileira, de quem muito espera do Estado e pouco de si mesmo, põe às claras o cidadão não como parte ativa e, sim, como beneficiário. São os “subcidadãos” [Roberto DaMatta] ou “cidadãos não-praticantes” [Valter Hugo Mãe], que traduzem uma “cidadania tutelada” [J.J. Calmon de Passos] ou uma “cidadania mi-mi-mi” [Luiz Felipe Pondé]. O cidadão deixa de ser o coitado em si para ser o coitado-que-demanda-tudo-do-Estado.

O acesso à Justiça, nesse palco, direito fundamental de todos, tem mostrado um aspecto infantilizado da sociedade. Cidadãos há que buscam a Justiça por qualquer coisa, sem, antes, tentarem resolver suas questões por outros flancos também adequados. Resultado: mais de 70 milhões de processos em curso no Judiciário brasileiro [Justiça em Números 2021], ou seja, praticamente 1/3 da população bra-

98, 1] e a Lei n. 9099/95. No fundo, isso remonta à Constituição de 1824 que, em art. 161, previa: “sem se fazer constar que se tem intentado o meio de reconciliação, não se começará processo algum”. Se, pois, o intervencionismo é da cultura brasileira, também o é a conciliação. Após, ainda, vieram Lei n. 13709/18 [art. 18] e a Lei n. 14.133/2021 [arts. 151 a 153].

STF [RE 631.240; RE 839.314], STJ [REsp 1769949] e TJMG [Ap-Cív 1.0408.15.000323-9/001 e Proc. 5007842-02.2021.8.13.0024/Turma Recursal de Jurisdição exclusiva de BH, Betim e Contagem] têm dado suas contribuições.

O Poder Executivo Federal idem [consumidor.gov].

Também, as Jornadas de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do CJF [enunciados 50 e 58] e a Jornada de Direito à Saúde do CNJ [enunciado 3], embora o mesmo CNJ tenha dado um passo atrás com a anulação da Orientação Normativa n. 01/2020/NUPEMEC/TJMG.

Tudo isso não mais pode ser ignorado. A “cultura da sentença” há de ceder à “cultura da pacificação” [Watanabe]. Que venha a “quarta onda” de acesso à Justiça [Kim Economides], com a mudança de mentalidade dos operadores do direito. Não mais cabe o adestramento jurídico de litigância.

“O ACESSO À JUSTIÇA, NESSE PALCO, DIREITO FUNDAMENTAL DE TODOS, TEM MOSTRADO UM ASPECTO INFANTILIZADO DA SOCIEDADE. CIDADÃOS HÁ QUE BUSCAM A JUSTIÇA POR QUALQUER COISA, SEM, ANTES, TENTAREM RESOLVER SUAS QUESTÕES POR OUTROS FLANCOS TAMBÉM ADEQUADOS”

“É HORA DE A SOCIEDADE BRASILEIRA AMADURECER DE VEZ E DE OS CIDADÃOS PRATICAREM A VERDADEIRA CIDADANIA”

ma). Sim, cidadania é o direito a ter direitos, mas isso não significa dispensa para os cidadãos deixarem de cumprir com seus deveres. Direitos e deveres são, pois, indissociáveis.

Uma sociedade avançada não busca, à toa, a intervenção estatal para resolver conflitos, nem nega o diálogo para a solução dos conflitos. Ao contrário, tão logo surgidos, fomenta-a, antes, por vias não-adjudicadas. Só se infrutíferas estas é que as adjudica ao Estado-Juiz.

sileira litiga, fazendo de tal acesso um “excesso”. Como anotou Luciano Benetti Tim por ocasião das XIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual [IBDP], no Brasil, gasta-se muito mais com Justiça do que com Educação e Saneamento.

Urge seja isso mudado.

Desde a Resolução 125/2010/CNJ, passando pelo CPC/15, [art. 3.º], consagrou-se o acesso à ordem jurídica justa [Kazuo Watanabe]. Da mesma forma, a Lei n. 7244/84, a CF/88 [art.

É hora de a sociedade brasileira amadurecer de vez e de os cidadãos praticarem a verdadeira cidadania. O Judiciário não é a única porta de acesso à ordem jurídica justa. Roupas sujas se lava, primeiro, em casa. Façamos nós, os juizes, a nossa parte. ●

[*] 2º Juiz de Direito titular dos Juizados Especiais da Comarca de Barbacena. Pós-graduado em Direito Civil e Direito Processual pela Unesa [RJ]. Membro do IBDP, Ceapro e ABDPRO.

Coral da Amagis se reinventa na pandemia

Grupo tem utilizado os meios virtuais para manter suas atividades

Entre as mudanças ocorridas em períodos de crise, como a pandemia da Covid-19, estão as tecnológicas. E o Coral da Amagis, com 20 temporadas, soube se adaptar aos novos tempos, seja realizando ensaios, participando remotamente de eventos ou com a publicação de vídeos no Youtube.

A mais recente gravação do conjunto foi “Maria Maria”, composta por Fernando Brant e Milton Nascimento. O arranjo da interpretação do Coral da Amagis foi elaborado pelo maestro Rogério Campos, e a direção musical e regência é da maestrina Ingrid Hollerbach.

Entre as gravações mais recentes do Coral, feitas no período da pandemia, estão “Vira Virou”, dos irmãos gaúchos Kleiton e Kledir, “Aquarela do Brasil”, composta por Ary Barroso, e “Edelweiss”, que faz parte da trilha sonora do filme “A Noviça Rebelde”.

O grupo também mantém suas atividades participando virtualmente de

REPRODUÇÃO



Coral da Amagis interpreta Maria Maria

congressos, como o promovido pela seccional Cúcuta da Universidade Livre da Colômbia, e encontro como o realizado anualmente pela Paróquia São Mateus, da cidade de Juiz de Fora [Zona da Mata].

O Coral da Amagis tem realizado ensaios online, às 19h das terças-

-feiras para as mulheres e às quartas-feiras para os homens, no mesmo horário. Os interessados em participar do conjunto devem enviar um e-mail para hingridholl@hotmail.com, manifestando seu interesse no campo de assunto da mensagem. ●

Dicas e artigos de cultura ganham novo espaço

Magistrados compartilham indicações de leitura e de filmes

A sessão **Curadoria**, publicada na editoria de Cultura do jornal **DECI-SÃO**, já está disponível no site **Associação [amagis.com.br]**, na opção **Comunicação da barra de menu da página**.

Criada há sete meses, a sessão caiu no gosto dos leitores, como o juiz aposentado Artur Tavares Bettencourt, que solicitou acesso a todas as indicações de livros e filmes feitos

na Curadoria. O magistrado também ressaltou a qualidade dos artigos publicados na coluna **Bau de Acordes**, de autoria do jornalista da Ascom, Tiago Parrela.

Os associados interessados em colaborar com a Curadoria podem enviar um e-mail para imprensa@amagis.com.br. Artigos para a editoria **Painel da Magistratura** podem ser enviados para o mesmo endereço. ●

FOTOMONTAGEM



Editoria de Cultura diversifica o conteúdo do jornal

CURADORIA

CECÍLIA PEDERZOLI/JMG



**DESEMBARGADOR
HENRIQUE ABI-
ACKEL**



7 ANOS

É um drama espanhol sobre a história de quatro amigos e sócios de uma startup, que comentem uma fraude financeira. Eles são descobertos e um deles precisa ser o bode expiatório para salvar a empresa, passando sete anos na cadeia. O filme é todo desenvolvido em um mesmo ambiente, no qual os personagens passam a discutir quem deveria assumir o crime. A partir de então, várias questões envolvendo a relação entre eles começa a aflorar. É um filme muito interessante! Sete anos está disponível no Netflix, com classificação indicativa a partir de 14 anos, e tem 1h17 minutos de duração.

ARQUIVO STM



**MINISTRA MARIA
ELIZABETH ROCHA,
DO STM**

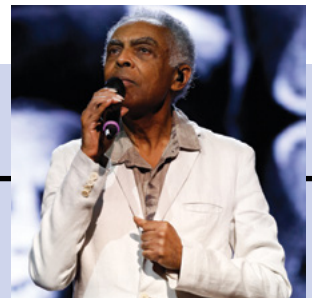


O ROMANCE DA MINHA VIDA

O livro é de Leonardo Padura, um escritor cubano que, para mim, está entre os maiores da contemporaneidade. Ele é autor, entre outros livros, de "O homem que amava cachorros". Padura escreve sobre Cuba e nunca migrou de lá, pois a ilha é a sua fonte de inspiração. Não creio que exista o melhor livro ou o predileto, pois todos têm sua grandeza e compõe nossa vida e formação. Padura é o autor que estou lendo no momento. Li suas obras e recomendo vivamente. O Romance da Minha Vida foi publicado pela editoria Companhia das Letras e está disponível nos formatos ebook e impresso.

BAÚ DE ACORDES

Gil immortaliza a palavra na canção



Tiago Parrela - Com régua e compasso e "Aquele abraço", o baiano Gilberto Gil desenhou, escreveu, tocou e cantou, o que, segundo ele próprio, já imaginava. Ainda assim, não tinha visto e presenciado até então o que seus vivos olhos viram em sua trajetória de mais de cinquenta anos dedicados à música brasileira e à vida.

"Eu soube que a música era minha linguagem, mesma. Que a música ia me levar a conhecer o mundo, ia me levar a outras terras. Por que eu achava que tinha a música da terra e a música do céu", contou Gil, quando a música, pra ele, era ainda o som do rádio, as procissões na porta da casa

e o Rei do Baião, durante a infância". No interior do Nordeste, a sonoridade que explorava era a do sertão, até que surgiu João Gilberto, a bossa nova, e também Dorival Caymmi, com suas canções praieiras e o mundo litorâneo, tão diferente do mundo do sertão, segundo observou dia desses.

Se antes não era imortal por mera formalidade, já era presente na memória e na vida de tantos com quem, direta ou indiretamente, travou prosa. Agora, com as bênçãos da Bahia, Gil tem cadeira no Panteão dos Imortais na Academia Brasileira de Letras.

Gilberto Gil também é pedra fundamental em um dos movimentos culturais de grande relevância e im-

portância na música, cinema, teatro, artes plásticas e na arte brasileira de forma geral com o Tropicalismo.

A cantora e compositora Rosa Amélia observou que Gil fez surgir novos sentidos às palavras. Eleito com grande maioria dos votos dos 34 acadêmicos, o artista é o segundo negro a ocupar uma cadeira na Academia. O outro imortal é o escritor e professor Domício Proença Filho, que foi presidente da entidade entre 2016 e 2017.

Em sua rede social, Gilberto Gil comentou, "muito feliz em ser eleito para a cadeira 20 da Academia Brasileira de Letras. Obrigado a todos pela torcida e obrigado aos agora colegas de Academia pela escolha". ●

PENSAMENTO JURÍDICO

REPRODUÇÃO DA INTERNET

Juizas Afegãs

Com a volta do Talibã ao poder no Afeganistão, a AMB promoveu a campanha Nós por Elas, com o objetivo de viabilizar a acolhida de juízas afegãs no Brasil. A juíza Domitila Manssur, diretora da AMB Mulheres, e o desembargador Walter Barone, secretário-adjunto de Relações Internacionais da AMB e presidente da Federação Latino-americana de Magistrados, falam sobre a campanha. [Foto]



Ministra do STM

A belo-horizontina Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha é a única mulher a integrar o Superior Tribunal Militar, entre os 14 membros da Corte, e foi a primeira mulher do Brasil a ocupar uma cadeira no Tribunal. Nessa entrevista, a magistrada comenta os desafios enfrentados pelas mulheres que chegam a instâncias de poder e o papel dos militares na vida pública e política do país.

Tribunal Marítimo

Pouco conhecido dos brasileiros, o Tribunal Marítimo tem jurisdição em todo o território nacional e tem como competência julgar os acidentes e fatos da navegação. Qual a relação do Direito Marítimo com outros ramos do Direito? O Pensamento Jurídico entrevistou o vice-almirante Wilson Pereira de Lima Filho, juiz-presidente do Tribunal Marítimo, que responde essa e outras questões.

Programa Integridade

O Programa de Integridade do TJMG virou referência nacional e está sendo adotado por órgãos federais. Trata-se de um conjunto de ferramentas para manter a instituição comprometida com as leis, com a ética e contra fraudes. Para falar sobre o tema, o Pensamento Jurídico recebeu o desembargador Henrique Abi-Ackel Torres, representante do TJMG no Comitê de Integridade do CNJ.

VEJA OS
PROGRAMAS



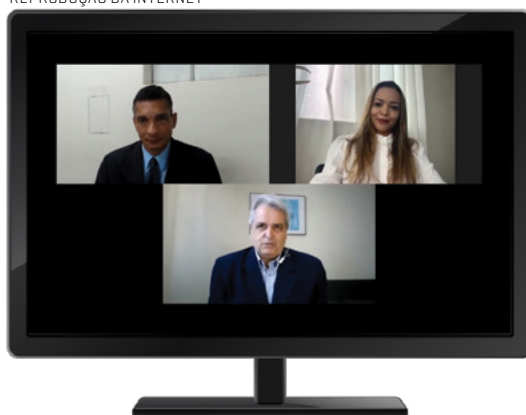
Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no
YouTube e nas redes sociais e site da Associação

VIA JUSTIÇA

REPRODUÇÃO DA INTERNET

Injúria Racial

O STF decidiu, no final de outubro, que o crime de injúria racial é imprescritível, equiparando-o ao racismo. O juiz Antônio Francisco Gonçalves, da Comarca de Itabirito [Região Central], e a defensora Lígia Oliveira, membro da Câmara de Igualdade Racial da Defensoria Pública de Minas Gerais, comentam a decisão do Supremo e importância dela no combate ao racismo no Brasil. [foto]



Violência contra menores

Pesquisa do Unicef e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que, a cada hora, cinco crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual no Brasil. Em média, 20 são mortos por dia de forma violenta. O juiz Alexandre Verneque Soares, da Comarca de Barbacena [Campo das Vertentes], e a delegada Iara França Camargos, da Dopcad de Belo Horizonte, analisam as causas da violência.

Poliamor

O que é o poliamor? Como o ordenamento jurídico brasileiro trata o assunto? Como o Judiciário tem decidido sobre o tema? O juiz Claudio Roberto Domingues Junior, da Vara de Família e Sucessões da comarca de Itaúna, e o advogado Otávio de Abreu Portes Junior, autor do livro "Poliamor - Visão Jurídica e Filosófica sobre as Uniões Simultâneas e Poliafetivas", respondem essas questões.

Eutanásia de animais

Foi sancionada em 20 de outubro a lei que proíbe a eutanásia de cães e gatos de rua sem justificativa prévia. A desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto e a presidente honorária da Comissão de Direito dos Animais da OAB-MG, advogada Edna Cardozo Dias, debatem a nova legislação, a bioética no tratamento animal, e a inserção dos animais no ordenamento jurídico pátrio.

VEJA OS
PROGRAMAS



TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h
[Canais 11, 61.2 ou 35]

www.youtube.com/amagismg/videos

Hidroginástica é opção de atividade física no verão

Aulas de musculação também são realizadas no Parque Esportivo

Com a tendência de alta da temperatura para os próximos meses, as aulas de hidroginástica promovidas no Parque Esportivo da Amagis são uma opção para quem deseja praticar exercícios na estação mais quente do ano. As aulas são realizadas às terças e quintas-feiras, das 8h às 11h, sob a orientação do fisioterapeuta Roberto Barata, responsável também pelas atividades de musculação.

Em novembro, foi concluída a instalação do piso antiderrapante próximo à piscina, dando mais segurança aos frequentadores do espaço. O Parque Esportivo é uma opção para quem deseja descansar ou praticar exercícios num ambiente reservado aos magistrados, seus familiares e convidados.

As aulas de fisioterapia são uma das ações de prevenção promovidas pela Amagis Saúde em benefício dos associados. Os interessados em par-

ARQUIVO AMAGIS 17-09-2013



Aulas são realizadas às terças e quintas-feiras

ticipar dessas atividades devem entrar em contato com o plano pelo telefone (31) 3079-3472.

Durante a semana, o Parque Esportivo funciona de terça à sexta-feira, das 8h às 19h. Aos sábados,

domingos e feriados, o espaço fica aberto de 8h às 18h. As normas de uso do local poderão ser alteradas, conforme as determinações da Prefeitura de Belo Horizonte, em função da pandemia da Covid-19.●

SAIBA MAIS SOBRE A TELECONSULTA

Agendamento das consultas

Para agendar uma consulta pelo teleatendimento, é preciso acessar o endereço eletrônico amagissaude.com.br. O sistema de marcação fica disponível 24 horas por dia. Confirme a marcação da consulta antes de sair do site.

Documentação necessária

É indispensável que o paciente apresente um documento de identidade oficial com foto e a carteira da Amagis Saúde.

Horários para consultas

De segunda a sexta-feira, entre 8h e 18h. Após o agen-

damento, o associado receberá um e-mail confirmando o dia e a hora da consulta.

Acesso à consulta

Cinco minutos antes da consulta será enviado, por e-mail, um link ao paciente.

Requisitos técnicos

Computador, tablet ou celular com recursos de câmera, áudio e microfone.

Em caso de dúvidas o usuário do plano deve enviar e-mail para teleconsulta@amagis.com.br.●



PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO
PLANO DE SAÚDE
DA ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:

Vice-presidente de Saúde

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Diretor de Saúde

Desembargador Edison Feital Leite

Diretora Financeira

Juiza Flávia Birchall

Conselho Gestor:

Segunda Instância

Geraldo Domingos Coelho

Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes

Valéria da Silva Rodrigues Queiroz

Edison Feital Leite

Juizes da Capital

Flávia Birchall de Moura

Kenea Marcia Damato de Moura Gomes

Suplentes

Clayton Rosa de Resende

Guilherme Azeredo Passos

Juizes do Interior

Dalton Soares Negrão

Fábio Torres de Sousa

Suplentes

Marcos Alberto Ferreira

Marcelo Carlos Cândido

Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes

José Maria dos Reis

Suplentes

José Nicolau Masseli

Paulo Mendes Álvares

Ouvidora da Amagis Saúde

Juiza Kenea Márcia Damato de Moura

Gomes

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo - Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgina Baçvaroff - Mtb - MG: 08441

Tiago Parrela - Mtb - MG: 14634

Izabela Machado - Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico: Agência Graffo

Diagramação:

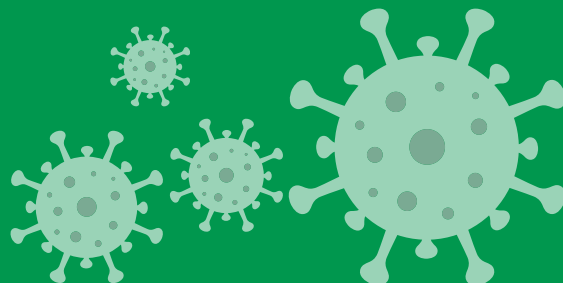
Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

BOLETIM COVID

Amagis Saúde



OMS alerta sobre 4ª onda do coronavírus no mundo

A diretora-geral adjunta de acesso a medicamentos e produtos farmacêuticos da Organização Mundial de Saúde, Mariângela Simão, afirmou, no dia 22 de novembro, na abertura do 11º Congresso Brasileiro de Epidemiologia, que o mundo está entrando em uma quarta onda da pandemia de Covid-19.

De acordo com a médica brasileira, o coronavírus continua sofrendo mutações com variantes mais transmissíveis, e a vacinação não interrompe a transmissão do vírus. A especialista disse que o aumento de casos de Covid-19 na Europa tem relação com populações não vacinadas.

Mariângela manifestou sua preocupação com a realização do Carnaval em 2022, cujas condições são propícias para o aumento da transmissão comunitária. Em Minas Gerais, várias prefeituras já cancelaram a festa e outras monitoram os índices de contágio para tomar a decisão.

REPRODUÇÃO/OMS



Mariângela Simão, diretora-geral adjunta da OMS

Cuidados nas festas de fim de ano

Com a iminência da quarta onda de Covid-19 no mundo, as festas de fim de ano ainda exigem prevenção contra o coronavírus. Veja abaixo alguns cuidados que devem ser tomados.

- Limite o número de convidados de acordo com o tamanho do espaço.
- Restrinja o número de pessoas no ambiente em que a comida estiver sendo preparada ou manuseada.
- Dê preferência a locais abertos ou ventilados. Evite o uso de ar-condicionado.
- Faça o possível para não aglomerar.

- Lave as mãos com frequência ou use álcool 70%.
- Verifique se você está com sintomas relacionados à covid-19.
- Informe-se sobre ter mantido contato com alguém que teve a doença nos últimos 14 dias.

Fonte: PBH

CLIQUE NO BOTÃO AO LADO E
ACESSE TODOS OS BOLETINS
COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.

BOLETINS

Médico critica preconceito com exame de próstata

Urologista faz alerta sobre a prevenção em vídeo da Amagis Saúde

Como parte da campanha Novembro Azul, a Amagis Saúde divulgou, mês passado, em seu site e nas redes sociais da Associação, um vídeo com o médico urologista Paulo Eduardo Albarez, credenciado ao plano, sobre a importância da prevenção contra o câncer de próstata.

Os primeiros exames são o Antígeno Prostático Específico (PSA), análise sanguínea relacionada a várias doenças da próstata, e o toque retal. Feito esses dois exames, caso o médico tenha alguma dúvida, ele dará continuidade à investigação clínica, recomendando que seja feita uma ressonância nuclear magnética da próstata e, posteriormente, o exame de ultrassom.

O urologista esclareceu que o toque retal é simples, feito com a ponta do dedo, indolor, durando dez segundos. Sobre o preconceito em relação a esse exame ele foi enfático: “O homem não vai perder sua masculinidade porque vai fazer o exame de toque. Esse tabu tem que acabar! O mais importante é se cuidar e não deixar passar o diagnóstico da doença desde o início, quando você tem a chance de ser curado. Isso é o mais importante!”, advertiu Albarez.

De acordo com o especialista, a doença é muito comum, sendo a segunda causa de mortes entre os homens, podendo ocorrer a partir dos 45 anos.

REPRODUÇÃO



Paulo Eduardo, médico urologista credenciado à Amagis Saúde

Sua incidência aumenta com o passar do tempo, o que faz da idade um fator de risco do câncer de próstata.

Além do envelhecimento, outros fatores que contribuem para o aparecimento do câncer de próstata são genéticos, má alimentação e obesidade. Albarez esclareceu que a doença não é hereditária, mas há famílias com alterações genéticas que podem causar uma predisposição maior à incidência da enfermidade. Por isso, é importante o paciente ter conhecimento de casos de câncer de próstata relacionados a pais, irmãos, tios e avós.

Albarez alertou que a ausência de casos de câncer de próstata na família não

deve ser interpretada como sinal de que a pessoa não pode adoecer. “O importante é prevenir! Parar de achar que não vai acontecer nada com você, por não ter histórico de câncer de próstata na família, pois você pode ser o primeiro a ter o problema”, afirmou o urologista.

Além de uma rotina saudável, com boa alimentação e a prática de exercícios físicos, o acompanhamento médico é indispensável para a prevenção do câncer de próstata. Segundo Albarez, as consultas podem começar a partir dos 50 anos, mas, para quem tem casos de câncer de próstata na família, elas devem ser iniciadas aos 45 anos. ●

NOVOS CREDENCIADOS

LAVRAS	ESPECIALIDADE	PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
IPATINGA	ANESTESIOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E COLOPROCTOLOGIA	NÚCLEO DIGESTIVO	RUA CEDRO, 230, HORTO	[31] 3668-6060
LAVRAS	FISIOTERAPIA	JACKIE FISIOTERAPIA	AV. DOUTOR SÍLVIO MENICUCCI, 1750, LOJA 02, PRESIDENTE KENNEDY	[35] 3013-2901 [35] 99979-6231
POUSO ALEGRE	MEDICINA HIPERBÁRICA	02 HIPERBÁRICA	RUA PERSANO TAVARES GALVÃO, 50, FÁTIMA III	[35] 3022-7097
UBERLÂNDIA	CLÍNICA MÉDICA E CARDIOLOGIA	CARDIOCLÍNICA	AV VASCONCELOS COSTA, 962, SALA 7, DANIEL FONSECA	[34] 3226-6600 [34] 3253-1941



Dezembro é mês de check-up

Exames são gratuitos para usuários da Amagis Saúde

Anualmente, os usuários da Amagis Saúde, com 35 anos ou mais, têm à sua disposição, gratuitamente, o programa de Check-up. Para não perder o benefício, os magistrados e seu beneficiários que ainda não realizaram os exames no intervalo de 12 meses, podem agendar a consulta em dezembro, mesmo que não seja esse o mês do seu aniversário.

Entre os associados que realizaram a bateria de exames fora do mês do seu aniversário, está a juíza Mariana Siani, da Comarca de Ribeirão das Neves (Grande BH). Segundo a magistrada, como a agenda do Hospital Mater Dei estava cheia, o atendimento só foi possível em função da flexibilização da data promovida pela Diretoria da Amagis.

Para a juíza, a realização anual do check-up é muito importante, pois a possi-

bilidade de um diagnóstico precoce favorece o tratamento. "Considero o check-up excelente. Fazemos todos os exames no mesmo lugar sem perder tempo", afirmou Mariana Siani.

O juiz João Adilson Nunes de Oliveira, da Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), também não pôde fazer os exames no mês do seu aniversário. Para ele, a flexibilização no agendamento do check-up pela Amagis Saúde evita que o associado perca o benefício.

O magistrado fez os exames na unidade da Check-up Center em Montes Claros, e destacou a comodidade em poder fazer todos os exames no mesmo local, a agilidade no atendimento e considerou que a cobertura dos procedimentos pode ser ainda mais ampla. "Recomendo a todos os magistrados que aproveitem esse benefício, pois é bom estar

DIVULGAÇÃO



Check-up Center tem unidades em Montes Claros e BH

em dia com a saúde. A averiguação anual nos permite identificar algumas alterações que, talvez, não fossem percebidas", observou.

Na Comarca de Belo Horizonte, o juiz Daniel Dourado Pacheco também optou pela clínica Check-up Center para a realização dos exames. Na avaliação do magistrado, os exames foram bastante

completos, e o atendimento, rápido e pontual.

De acordo com Pacheco, que considera a prevenção fundamental e faz os exames regularmente, o programa de Check-up da Amagis Saúde é uma iniciativa muito positiva. "Espero que a Associação continue investindo nessa política de prevenção dos magistrados", defendeu.●

Plano integra a Diretoria da Unidas

Amagis tem representação nacional e regional na instituição

A nova diretoria da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) foi eleita no dia 30 de novembro, às vésperas do 24º Congresso Internacional da Unidas, realizada em Brasília, dos dias 1º a 3 deste mês.

A Gerente de Serviços de Saúde da Amagis, Marina Shizuko Andrade Yasuda, foi reconduzida ao cargo de diretora técnica da Unidas nacional e a médica auditora da Amagis Saúde, Maria Alice Mello Chaves, assumirá a mesma função em âmbito estadual. Anderson Mendes, da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, foi eleito presidente.

A Unidas congrega mais de 100 planos de autogestão em saúde complementar do País, acompanha de perto a evolução do setor no mercado e atua junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao Ministério da Saúde, Congresso Nacional, entre outras instâncias governamentais.

Durante o 24º congresso da Unidas, foram debatidos temas como as perspectivas da saúde no mundo, inovação e busca de soluções integradas, privacidade e gerenciamento de identidade e segurança da informação e transformação digital.●